Representatividade de Gênero nas Eleições de 2018

Análise de Partidos e Estados brasileiros

Introdução

A proporção de mulheres no congresso nacional é de 11,3% (dados de 2018), enquanto 52% dos eleitores brasileiros são mulheres, este grave problema de representatividade torna o Brasil o 152º mais desigual em termos da representatividade de mulheres em uma lista de 190 países.

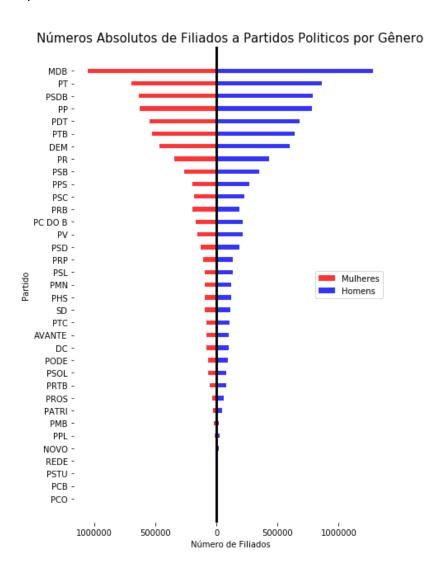
A legislação eleitoral brasileira exige que no mínimo 30% das candidaturas dos partidos e coligações sejam de mulheres, apesar disso, a proporção de mulheres eleitas para cargos no legislativo e executivo seguem bastante abaixo da proporção de mulheres na população. Inúmeras denúncias foram feitas sobre a utilização de candidaturas laranjas para o preenchimento da cota e nas eleições de 2016, 86% dos candidatos que não receberam votos eram mulheres.

Dada esta situação fazemos a seguir uma análise da representatividade de gênero nos partidos políticos, utilizando dados de filiados a partidos políticos do TSE (coletados em 2018), uma base de dados de gêneros de nomes brasileiros (a base do TSE não apresenta o gênero dos filiados) e os dados de candidatos e candidatos eleitos na eleição de 2018. O objetivo foi estudar a quantidade de filiados, candidatos e candidatos eleitos por partido, observando que partidos dão maior foco à representatividade de mulheres na política. Também é feita uma análise da desigualdade de gênero por estado, onde se percebeu que alguns estados tiveram uma proporção de mulheres eleitas consideravelmente menor que a já baixa média nacional.

Análise

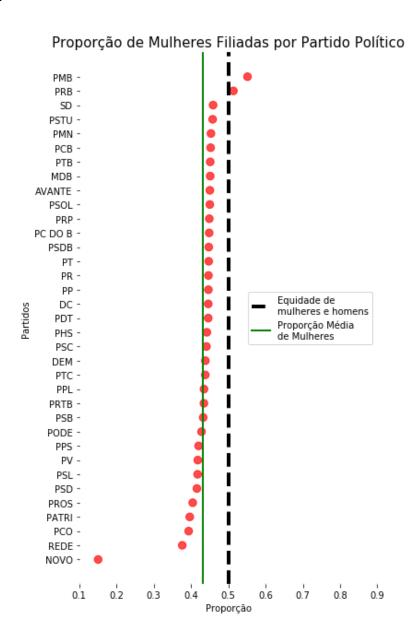
O Brasil possui 16,7 milhões de pessoas filiadas a partidos políticos, com os três partidos com maior número de filiados sendo o MDB, PT e PSDB, nesta ordem. Em termos absolutos, obtém-se obviamente, que a maior parte das mulheres está nestes partidos. A figura abaixo ajuda a ter uma dimensão do tamanho dos partidos, mas é somente

olhando-se a proporção de mulheres que pode-se ter uma ideia melhor da equidade de gênero de cada partido.



Olhando-se somente os filiados, a disparidade de gênero não é tão grande, 43,3% das pessoas filiadas a partidos políticos são mulheres, um número não tão distante dos 52% de mulheres que são eleitoras no Brasil. Na figura também é possível notar que os partidos possuem uma distribuição razoavelmente uniforme ao redor da média, com um baixo desvio padrão, e onde apenas três partidos se distanciam mais do valor médio. Com uma proporção de mulheres muito abaixo da média, temos o NOVO, um partido recém criado e que possui como principal bandeira a defesa do liberalismo econômico. Neste partido apenas 15% dos seus filiados são mulheres. Por outro lado apenas dois partidos políticos têm em seus quadros mais filiadas mulheres: o PMB (Partido da Mulher Brasileira) e o PRB (Partido Republicano Brasileiro), atual Republicanos. O PMB é um partido que tem como principal mote a defesa do direito das mulheres, apesar de ter homens como seus

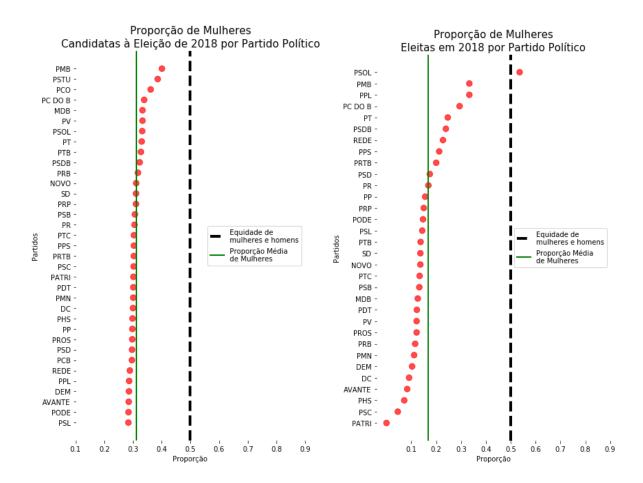
primeiros deputados e controvérsias com os movimentos feministas. Já o Republicanos é o partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus e têm entre seus quadros mais famosos o Prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella e o deputado federal paulista Celso Russomanno.



Passando para a proporção de mulheres candidatas na eleição de 2018, a média cai consideravelmente, chegando a **30,9**%. A distribuição continua com um desvio padrão pequeno, e desta vez três partidos se destacam por terem maior proporção de mulheres: novamente o PMB, o PSTU e o PCO. Além disso, cinco dos oito partidos com maior número de candidatas são alinhados à esquerda do espectro político, sendo estes PSTU, PCO, PC do B, PSOL e PT. Por outro lado no final do espectro aparece o PSL, ex-partido do

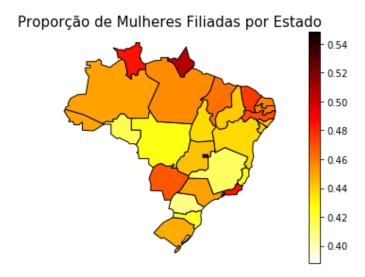
presidente Jair Bolsonaro e envolvido em <u>polêmicas</u> pela utilização de <u>candidaturas laranjas</u> de mulheres para cumprir a cota eleitoral.

A proporção de mulheres eleitas em 2018 cai para aproximadamente a metade da proporção de mulheres candidatas, chegando a **16,1%**. Neste gráfico também observamos uma distribuição muito mais desigual, com maior desvio padrão, onde alguns partidos possuem uma proporção de mulheres muito maior e outros muito menor. Apenas o PSOL possui mais mulheres que homens eleitos, com 53,6% das pessoas eleitas sendo mulheres (15 mulheres de 28 pessoas eleitas). Também aparecem com proporção de mulheres maior que a média o PMB (33%), PPL (33%), PC do B (29%) e PT (25%). Por outro lado o Patriotas aparece com 21 pessoas eleitas, todos homens. E entre outros partidos com baixa proporção de mulheres eleitas em 2018 aparecem o PSC (4,5%), PHS (7,1%) e Avante (8,3%).

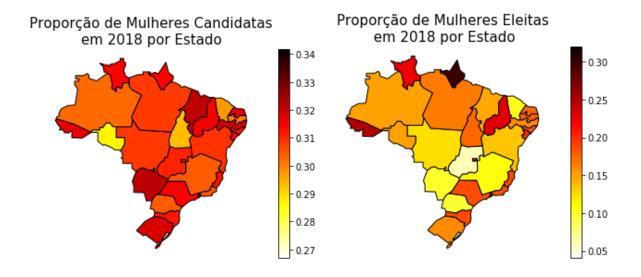


Passando agora à proporção de mulheres filiadas por estado, vemos que de modo geral nos estados do centro-oeste há maior proporção de mulheres (46,6%), enquanto nos estados do sul temos a menor proporção (42,6%). Apenas no Distrito Federal (52,8%) e no Amapá (50,7%) há mais mulheres do que homens filiados a partidos políticos. Enquanto na

outra ponta temos o Paraná (40,7%) e Minas Gerais (41,3%) com a menor proporção de mulheres filiadas.



Olhando-se a proporção de mulheres que foram candidatas em 2018 vemos pouca disparidade entre os estados. Mato Grosso do Sul e Maranhão possuem a maior proporção e Tocantins e Rondônia a menor proporção de mulheres. Já na proporção de mulheres eleitas em 2018 a disparidade se torna maior, enquanto o Amapá possui 30% de mulheres eleitas, praticamente o mesmo patamar de candidatas, Goiás aparece com apenas 6% de mulheres eleitas. Os estados do Norte apresentam maior proporção, com 20%, enquanto os estados do Centro-Oeste, que apareciam com a maior proporção de mulheres filiadas e candidatas, agora aparecem com a menor proporção de mulheres eleitas, apenas 13%.



Conclusão

Nesta análise simples conseguimos notar como a disparidade de gênero se manifesta na política brasileira. De modo semelhante ao que acontece no meio acadêmico e no mundo empresarial a participação das mulheres têm aumentado, porém quando se trata de chegar a cargos mais altos esta participação contínua mínima. Na proporção de mulheres filiadas, candidatas e eleitas isto também ocorre, apesar de haver uma quantidade de pessoas filiadas mais equilibrada, menos mulheres se candidatam (ou têm espaço para se candidatar) e menos mulheres ainda são eleitas. Algumas hipóteses podem ser tiradas disso, assim como acontece em outras áreas, as mulheres podem receber menos dinheiro para a campanha eleitoral, além das já mencionadas irregularidades, com candidaturas laranjas de mulheres apenas para cumprir a cota eleitoral, sem fazer campanha ou sequer receber um voto. Assim, ainda há muito para se avançar em termos da representatividade de mulheres na política brasileira, a lei eleitoral de cotas trouxe poucos avanços no assunto e as mulheres seguem sub representadas na maior parte dos partidos e estados brasileiros.